



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

**A C Ó R D ã O    Nº1013**

Feito : Processo Nº2371/94-TCE/ACRE e o de Nº2420/94-(Apenso)

Relator: Conselheiro JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FÁRIA

Assunto: Prestação de Contas da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, Exercício de 1993.

Prestação de Contas da APAE, Exercício de 1993. Determina-se o arquivamento do processo, à falta de competência do TCE/ACRE, para apreciar e decidir a matéria.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Nº2371/94, acima indicado, **A C O R D A M** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à unanimidade, acolher o voto do Conselheiro Relator, parte integrante deste julgado, para determinar o arquivamento do presente feito, à falta de competência desta Corte para analisar e decidir sobre as Contas, em referência. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro.....

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco, 15 de dezembro de 1994.

Cons. ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE  
Presidente do TCE/ACRE

Cons. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FÁRIA  
Relator

Fui presente:

FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE

Procurador-Chefe do M.P.E.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Este documento foi publicado no  
 DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO N.º 6.444  
 de 06 / 01 / 1995 / 13

*Guise*  
 Secretário do Plenário

Em presença:

*Leandro de Oliveira*  
 Procurador-Geral do Estado



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO: 2.371/94

RELATOR : CONS. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA

ASSUNTO : Prestação de Contas da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, exercício de 1993.

RELATÓRIO:

Trata o Processo em pauta da Prestação de Contas da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, exercício de 1993.


Por determinação da Presidência desta Corte de Contas, coube à 1ª IGCE a análise dos documentos contidos na Prestação de Contas da Associação, configurando-se no Relatório Técnico de fls. 153/156, onde são apontadas diversas irregularidades.

O parecer de Auditoria de fls. 159/165 segue o mesmo caminho trilhado pela 1ª IGCE.

A falta de documentos indicando os valores que foram subvencionados e repassados à APAE, deixa o Processo sem condições de ser analisado com maior eficácia.

É o Relatório.

Rio Branco-AC, 15 de dezembro de 1994.

  
José Augusto Araújo de Faria  
Conselheiro Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE  
(PROCESSO: 2.371/94)

CONCLUSÃO E VOTO:

Quando o Relator em seu Relatório afirma existirem poucas condições, ou nenhuma, para analisar o feito em pauta tem por base se tratar de uma Prestação de Contas de um ente civil, de Direito Privado, de caráter filantrópico, cujas dificuldades se assentam na falta de documentos indicando os valores repassados pelo Poder Público.


Não é por ser uma Sociedade Civil de Direito Privado que se isenta, a APAE, de prestar contas a esta Egrégia Corte de Contas, e sim, por não haver comprovantes de recebimento de dinheiro público.

Na verdade, se existem menções de Companhias, em cujo Estado é o acionista majoritário, não obriga a que a sociedade em apreço preste contas a este TCE, e sim, a quem a subvencionou.

Ante ao exposto e por ser esse o nosso entendimento, VOTO pelo arquivamento do Processo.

É como VOTO.

Rio Branco-AC, 15 de dezembro de 1994.

  
José Augusto Araújo de Faria  
Conselheiro Relator